

O legado do Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) na educação integral: novas perspectivas para escolas de tempo integral

The legacy of the Integrated Public Education Centers (CIEPS) for integral education: new perspectives for full-time schooling

Silvia Monteiro¹
Alexsandra Aguiar²
Magda Sayão³

Resumo:

O artigo restitui a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e a proposta de educação integral idealizada por Darcy Ribeiro e apoiada por Leonel Brizola, como um marco na educação integral, especialmente no Rio de Janeiro. Implantado nos anos 1980, apesar de enfrentar críticas e desafios, o programa deixou uma marca duradoura na educação que continua a servir como referência para o desenvolvimento de escolas de tempo integral e para debates sobre educação pública no Brasil.

Palavras-Chave: CIEP; educação integral; Rio de Janeiro.

Abstract:

The article restores the experience of the Integrated Public Education Centers (CIEPs) and the proposal for integral education devised by Darcy Ribeiro and supported by Leonel Brizola, as a milestone in integral education, especially in Rio de Janeiro. Implemented in the 1980s, despite facing criticism and challenges, the program left a lasting mark on education that continues to serve as a reference for the development of full-time schools and for debates on public education in Brazil.

Keywords: CIEP; comprehensive education; Rio de Janeiro.

¹ Doutora em Educação- UFF.

² Doutoranda em Educação- UERJ.

³ Doutoranda em Pedagogia Sistemica- Universidade Multicultural do México.

1 Introdução

Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), aspecto mais visível no 1º e 2º Programa Especial de Educação (PEE) (1983-1986, 1991-1994), representam um marco importante na história da educação brasileira, especialmente no estado do Rio de Janeiro. Idealizado pelo antropólogo e educador Darcy Ribeiro, com o apoio do então governador Leonel Brizola, o projeto dos CIEPs foi concebido como uma resposta à necessidade de proporcionar uma educação pública de qualidade para as classes mais vulneráveis.

Vale ressaltar, que ainda hoje a educação integral na escola brasileira não é uma realidade materializada, mas apenas uma das vinte metas que integram o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei Federal nº 13.005/2014), que com duração decenal foi prorrogado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando sancionou a Lei 14.934, de 2024, estendendo até 31 de dezembro de 2025 a vigência do PNE. A meta 6 prevê: oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

No entanto, ainda na metade da vigência do plano, aconteceu a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como "teto de gastos", que limitou por 20 anos os gastos públicos do governo federal, agravando um quadro de falta de investimento público na educação, nas universidades públicas e na produção do conhecimento científico (Carneiro, 2019). Em resumo, a Emenda Constitucional nº 95/2016 teve um impacto devastador no financiamento da educação pública, prejudicando inevitavelmente o cumprimento das metas do PNE.

Cabe ressaltar que o arcabouço fiscal proposto pelo terceiro governo Lula substituiu esta legislação, o que deve atenuar, mas sem neutralizar por completo, os efeitos daquela desastrosa emenda constitucional. Isso inclui, em particular, a meta 6 que apresenta uma recuperação parcial, porém insuficiente apontando para oscilações e retrocessos em relação ao seu cumprimento.

Conforme apontado por um estudo recente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2024, p. 83): “se em 2014 havia 42.665 escolas de tempo integral, em 2020 os números caíram para seu percentual mais baixo, com 27.969 ou 20,5% das 136.423 que atendem o público alvo da política oferecendo efetivamente o formato”.

Neste texto, buscaremos restituir a marcante experiência dos CIEPs e refletir sobre a proposta de educação integral contida no programa. Com uma estrutura de tempo integral, ofereciam não só educação formal, mas também atividades culturais, esportivas, alimentação Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 2024

balanceada e cuidados de saúde para os alunos. As escolas eram pensadas como espaços de acolhimento e desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas necessidades físicas, emocionais e sociais. A arquitetura, desenhada pelo renomado Oscar Niemeyer, refletia essa visão, criando ambientes abertos e acessíveis.

Vale ressaltar, que ao longo dos últimos anos, vários autores, como Cunha (1991), Cavaliere (2002), Coelho (2003; 2009), Faria (2017), Lôbo Júnior (1988), Maurício (2002; 2009), entre outros, já fizeram e refizeram a trajetória dos CIEPs e suas contribuições para o campo da educação integral, sempre muito bem descritas em seus trabalhos. No entanto, numa tentativa de promover um diálogo entre os autores e reforçar a importância dessa proposta para todas as outras que se seguiram, trazemos aqui mais algumas considerações acerca do programa dos CIEPs e seus desdobramentos, nas duas vezes em que foi implementado: no período de 1983 a 1986 e no período de 1991 a 1994, ambas na gestão de governo do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e tendo Leonel Brizola como governador eleito.

A fim de reforçar o contexto político no qual se desenvolveu o Programa dos CIEPs no estado do Rio de Janeiro, realizaremos uma breve retrospectiva retomando parte da sua trajetória. Em 1983, assumiram o governo do estado do Rio de Janeiro o engenheiro gaúcho Leonel Brizola, como governador, e o antropólogo mineiro Darcy Ribeiro, como vice-governador, eleitos em 1982, ainda em plena ditadura empresarial-militar. Leonel Brizola, aliás, havia regressado de um longo exílio poucos anos antes, graças à abertura política e à anistia que ocorreu a partir de 1979.

Em sua campanha eleitoral, Brizola havia destacado como proposta central a melhoria da educação e, desse modo, foi colocada em prática no estado do Rio de Janeiro uma emblemática iniciativa no campo da educação integral, transformada, à época, na principal política do governo estadual. Tratava-se da implantação dos CIEPs, que se popularizaram como “Brizolões”, alcunha que mais adiante seria incorporada à sua denominação.

Ao assumir o governo, Brizola cria a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, presidida por Darcy Ribeiro, que nesse momento ocupava o cargo de vice-governador e também Secretário de Cultura. Integravam, ainda, a referida Comissão Iara Vargas e Maria Yeda Linhares, Secretárias de Educação do Estado e do Município, que formaram o órgão diretor do programa (Cunha, 1991). Um importante dado a acrescentar é que, em 1982, os governadores eleitos nomeavam os prefeitos das capitais e esse quadro só se modificaria em 1985, com a eleição direta também para os prefeitos das capitais.

A proposta de educação do governo Brizola, esteve, desde o início, sob os cuidados de Darcy Ribeiro, embora ele não fosse o Secretário de Educação e sim de Cultura, além de vice-Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 2024

governador, como já afirmado acima. De acordo com Cunha (1991), o projeto dos CIEPs ganhou precedência e prioridade na agenda governamental, levando em conta algumas experiências regionais ou locais, mais notadamente a experiência liderada por Anísio Teixeira como secretário de educação do estado da Bahia: o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), conhecida como Escola Parque da Bahia, inaugurada em 1950, no governo de Otávio Mangabeira. Aliás, a influência de Anísio Teixeira sobre Darcy Ribeiro nunca foi negada, como afirma o próprio Darcy (1984):

Aprendi com o Mestre Anísio Teixeira – e as duras penas tento cumprir este preceito- que o compromisso do homem de pensamento é com a busca da verdade. Quem está comprometido com as ideias a ela se apegando, fechando-se à inovação, já não tem o que receber nem o que dar. É um repetidor. Só pode dar alguma contribuição quem está aberto ao debate (Ribeiro, 1984, p.7).

Desse modo, evidencia sua admiração pela pessoa e pelo educador e, ainda, revela a fonte em que foi buscar a inspiração para aquela que foi uma das suas maiores contribuições para a educação, os CIEPs que, por sua vez, também serviram como inspiração para a construção de boa parte do arcabouço teórico das propostas de educação integral em escolas de tempo integral elaboradas ao longo dos últimos trinta anos.

Nos caminhos da construção do projeto dos CIEPs, destacamos uma tentativa pensada como uma forma de obter a aprovação do movimento docente em relação ao projeto, o Encontro de Mendes. Brizola e Darcy organizaram esse célebre evento, no segundo semestre de 1983, cuja finalidade seria a de discutir e aprovar as prioridades de sua política educacional, descritas num conjunto de 45 teses, conhecido como o “Encontro de Mendes”, devido ao nome do município fluminense que o sediou. Dessa forma, conforme aponta Cunha (1991):

A Comissão Coordenadora de Educação preparou um conjunto de 45 Teses para a discussão, reunidas em três blocos: análise da situação, e dos problemas da escola pública; metas da programação educacional do governo e participação dos professores na nova programação educacional (Cunha, 1991, p. 134).

Ainda de acordo com Cunha (1991), o conteúdo das referidas teses contribuiu para que houvesse um sentimento de rejeição por parte dos professores, já que tocava em pontos sensíveis da educação e, de alguma forma, reforçava o caráter reprodutor da escola por selecionar e promover os “melhores alunos, na medida em que privilegiava os já privilegiados e discriminava crianças que renderiam muito mais se fossem tratadas a partir de suas próprias características (Cunha, 1991, p. 136). Não é nossa intenção reproduzir esse conteúdo, visto que

isso já foi tratado nos estudos do referido autor, mas de forma muito sucinta o autor destaca que o conteúdo das teses convergia com o diagnóstico que se fazia da escola à época: uma escola que reforçava o caráter discriminatório da educação, que reproduzia as desigualdades selecionando quem devia seguir adiante ou não, por meio de uma pedagogia autoritária e conformista.

De qualquer forma, com ou sem a aprovação dos professores, a proposta seguiu e, em 1985, foi inaugurado no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro denominado CIEP 001- Presidente Tancredo Neves, em homenagem ao primeiro presidente civil eleito, ainda que de forma indireta, que havia falecido pouquíssimo tempo antes, no mês anterior a sua inauguração (Cunha, 1991).

O programa, mesmo sofrendo críticas de vários lados, representou um marco na educação do Brasil, principalmente na questão relacionada ao tempo escolar, tanto que está presente em praticamente todos os estudos sobre escolas de tempo integral dos anos 1990 em diante. Vale ressaltar, que a proposta de educação integral em escolas de tempo integral vem se apresentando como mais uma forma de combater a dura realidade educacional brasileira, para tanto basta observar como o termo “educação integral” tomou conta dos palanques e das propostas dos candidatos nos últimos pleitos.⁴

2 CIEP: um marco na educação integral do Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro foi pioneiro nessa proposta e o programa dos CIEPs se apresentava à contramão daquela escola que excluía para mais adiante colocar para fora. Fora pensado e elaborado a partir de uma concepção mais abrangente da função escolar, numa tentativa de recuperar o papel político e social da escola, que fosse capaz de integrá-la à comunidade de forma dialógica e propondo um trabalho coletivo, no qual os pais seriam chamados à escola para discutir a educação dos seus filhos (Cavaliere, 2002). Ainda de acordo com a autora, a proposta de implantação do programa tinha como principal característica uma profunda reformulação da escola, a partir dos seus objetivos, métodos e inserção social, com vistas à criação de uma escola democrática, com funções pedagógicas e sociais ampliadas, fortemente influenciadas pela obra de Anísio Teixeira, como já afirmamos em outros momentos (Cavaliere, 2002). Os CIEPs representaram, à época, uma proposta educacional inovadora que se opunha ao modelo tradicional de exclusão e abandono escolar. O projeto foi desenvolvido

⁴ Para maiores informações, verificar planos de governo dos candidatos a governador e a presidente referentes às últimas eleições 2018 e 2022, disponíveis na web para consulta pública.

com uma visão mais ampla sobre o papel da escola, buscando restabelecer sua função política e social ao integrá-la de maneira dialógica com a comunidade. A ideia era promover um trabalho colaborativo, onde os pais fossem convidados a participar ativamente da discussão sobre a educação de seus filhos (Cavaliere, 2002). Segundo a autora, a proposta dos CIEPs visava a uma reestruturação profunda da escola, reformulando seus objetivos, métodos e inserção social para criar uma instituição educacional democrática, com funções pedagógicas e sociais ampliadas, fortemente inspirada pelas ideias de Anísio Teixeira, conforme discutido anteriormente (Cavaliere, 2002).

O 1º PEE, descrito de forma completa no *Livro dos CIEPs*, trata do horário integral como fundamental na execução do programa, prevendo a socialização, a instrução escolar e a questão relacionada à formação cultural. Aliás, essa foi mais uma inovação do PEE, a criação da figura dos animadores culturais que “deveriam promover a articulação da cultura da comunidade com a cultura trabalhada pela escola mediante a promoção de eventos que reunissem pais, artistas populares, moradores e professores” (Cunha, 1991, p. 146).

O projeto arquitetônico dos CIEPs, desenvolvido pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, também foi uma outra inovação para a época. Projetados para abrigar, a princípio, 1000 alunos, era composto por três blocos, sendo o principal com três andares, onde se localizavam as salas de aula, o centro médico, a cozinha e o refeitório, um segundo com a quadra polivalente, arquibancada e vestiário e o terceiro bloco com a biblioteca, em forma octogonal. Uma das críticas sofridas à época, com relação aos CIEPs, também se referia ao projeto arquitetônico que contrastava com as escolas regulares, a maioria localizada em prédios antigos ou em casas adaptadas, além da escolha da sua localização. Conforme descrito no *Livro dos CIEPs* (Ribeiro, 1986), esses seriam construídos em áreas carentes e de população mais vulnerável. No entanto as críticas se davam exatamente pela escolha de uma localização estratégica, que dava visibilidade ao prédio a longa distância, sem levar em conta o deslocamento dos alunos (Cunha, 1991). Outra questão referente aos prédios dos CIEPs foi sobre a acústica das salas de aula diretamente relacionada à altura das paredes, que não chegava ao teto, provocando uma mistura das falas e que foi muito sentida pelos professores que atuavam nas salas de aula.

O programa seguiu, com uma ampliação expressiva das escolas da rede e ao final do ano de 1986, Brizola não consegue eleger seu candidato à sucessão e, em 1987, o governador eleito Moreira Franco, mesmo tendo como promessa de campanha ampliar a oferta de escolas de 1º grau em tempo integral, faz a opção de desativar o programa, transferindo parte dos CIEPs para prefeituras, principalmente a da capital (Cunha, 1991). Nesse sentido, embora tenha Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 2024

convidado vários intelectuais para compor sua equipe, o Governo Moreira Franco não deu continuidade ao projeto, alegando que daria condições de igualdade a todas as escolas, o que reforçava, de certo modo, uma das grandes críticas sofridas pelo programa dos CIEPs: a de ter transformado a rede estadual de educação numa rede dual, com as escolas regulares de um lado e os CIEPs de outro. No entanto, podemos afirmar que a motivação clara era de cunho político, pois, a essa altura, o programa dos CIEPs já estava totalmente relacionado à figura do governador Leonel Brizola, as escolas já eram conhecidas popularmente como Brizolões e, como era de se esperar de um país no qual as políticas públicas não têm uma continuidade, uma vez que os interesses políticos e partidários se sobrepõem aos interesses coletivos, o programa é extinto pelo novo governo. A esse respeito, bem descreve Bomeny (2008):

O que se seguiu foi a completa desintegração do PEE, interrompido a partir de 1987. A identificação sumária entre os CIEPs e Brizola era o que o novo governador precisava para, sem muito custo político, descontinuar, desfigurar, desarticular o projeto pedagógico dos CIEPs e interromper o programa de educação do estado do Rio de Janeiro. “Muitas dessas escolas foram transferidas para as prefeituras municipais administradas por prefeitos filiados a partidos de oposição ao PDT que resolveram ocupar os prédios dos CIEPs com serviços administrativos ligados a outros fins que não os do ensino, ou então os relegaram ao total abandono”, complementa Libânia Xavier, no artigo já citado. Enquanto isso, as escolas da rede convencional se mantiveram como sempre estiveram: em situação precária (Bonemy, 2008, p. 14).

A falta de continuidade e a prevalência das questões políticas sobre as questões educacionais, principalmente as que trariam alguma forma de benefício às camadas populares, permeou – e ainda permeia – a história da educação em nosso país. Entre as idas e vindas das políticas públicas no campo da educação fomos nos constituindo e chegamos ao ponto em que estamos referindo-nos, nesse caso, aos quatro anos de governo federal anterior (2018-2022) em que o desmonte de políticas públicas foi uma constante. Para tanto, basta olharmos as trajetórias das experiências de sucesso na educação, principalmente na educação integral em tempo integral, para identificarmos que essas experiências, em sua grande maioria, são pontuais e bem distintas, sendo ainda bem específicas de determinadas localidades do país, não chegando a se configurar como uma grande política pública de nação capaz de abranger todas as localidades do país. O “zigue-zague” político,⁵ longe de ser apenas uma expressão, é uma realidade que permeia as políticas públicas de educação em nosso país ao longo de décadas e o programa dos CIEPs não ficou de fora dessa perversa realidade.

⁵ Conceito criado e utilizado por Luiz Antônio Cunha para definir as idas e vindas das políticas públicas no Brasil. Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 2024

Ainda sobre a discussão acerca da trajetória dos CIEPs, chegamos a outro importante momento referente ao segundo mandato de Brizola, eleito novamente para governador do estado do Rio de Janeiro, em 1991, após quatro anos afastado. Nesse sentido, cabe destacar que esse intervalo foi tempo suficiente para que todo o esforço empenhado na elaboração e execução do 1º PEE fosse desfeito e desqualificado. No entanto o que eles não contavam era que a semente já havia sido plantada e nesse novo mandato a continuidade da proposta seria novamente colocada em prática, dessa vez com novos objetivos, que incluíam os ginásios públicos, como projeto experimental na cidade do Rio de Janeiro.

É notória a referência desse programa nos CIEPs que, mesmo sofrendo muitas críticas, de todos os lados, inspirou as propostas que vieram depois e, como afirma Bomeny (2008, p. 2), “não há como negar que os CIEPs se tornaram referência e inspiraram a criação de escolas em tempo integral em todo o país. Esta foi uma associação que o tempo não desfez: CIEP é, ainda hoje, sinônimo de escola em tempo integral”.

No estado do Rio de Janeiro, a partir de 1991, os CIEPs antigos começam a ser recuperados e o 2º PEE é posto em prática, mais uma vez tendo Darcy Ribeiro à frente e, dessa vez, com a criação da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais. Essa secretaria teria como objetivo principal completar o PEE, colocando 500 CIEPs em funcionamento, dentre outras ações, como a implementação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e de um Centro de Pesquisa Ambiental da Mata Atlântica.

Com relação ao 2º PEE, Maurício (2002) destaca três pontos fundamentais de uma escola popular eficaz previstos nessa proposta: espaço, tempo e capacitação do magistério. Com relação ao último, a autora nos aponta como era realizado o curso de atualização de professores bolsistas para escola de horário integral selecionados através de provas e que tivessem concluído sua formação em nível e 2º grau entre 1987 e 1992:

O curso com a duração de 1600 horas, era organizado em módulos, realizado em cada CIEP, prevendo que os professores cumprissem oito hora diárias de formação, sendo quatro de prática docente orientada e três horas de aprofundamento pedagógico (Maurício, 2002, p. 118).

Em 1994, a meta dos 500 CIEPs é atingida, ampliando a oferta de matrículas em horário integral e, nesse mesmo ano, é realizado o primeiro concurso público de professores 40 horas para trabalhar nos CIEPs, o que também representou um marco, não mais ocorrido, na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Ao todo, entre as duas gestões, de 1983 a 1986 e de 1991 a 1994, foram construídos 506 CIEPs em todo o estado do Rio de Janeiro partindo do projeto original, como escolas públicas

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 2024

de tempo integral que tinham como meta promover um avanço no que se refere à qualidade na educação no ensino fundamental. Com relação ao número de alunos atendidos no programa, o aumento é incontestável e até a atualidade não houve nenhum outro programa que representasse toda essa abrangência, mas em termos de qualidade pedagógica nem sempre houve consenso entre os críticos e mesmo entre os educadores (Cavaliere, 2002).

O Programa foi colocado em ação duas vezes em épocas diferentes e por duas vezes foi derrubado e desqualificado em sua base, sem que houvesse um apelo por parte da comunidade escolar, muito menos da comunidade acadêmica para que isso fosse evitado. Ainda em 1994, o candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) Anthony Garotinho não destaca o programa dos CIEPs em sua campanha, numa tentativa muito evidente de se descolar da figura de Leonel Brizola que, candidato à presidência, acaba tendo uma votação muito pouco expressiva e perde a eleição. Garotinho, por sua vez, vai a segundo turno, mas também perde a eleição para Marcelo Alencar, do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, que sai vitorioso dessa campanha para presidente na figura do “pai” do Plano Real (Maurício, 2002).

O ano de 1995 traz como grande marca o fim da rede de escolas de horário integral no estado do Rio. Ao mesmo tempo é editada a revista Carta n.º 15, com o título *Novo Livro dos CIEPs*, distribuída pelo então senador Darcy Ribeiro. Tal publicação trazia uma série de medidas que Darcy considerava mais urgentes para a educação no Brasil, uma descrição e avaliação do que havia sido o 2º PEE, uma atualização do 1º PEE e sua operacionalização no 2º programa, uma proposta de curso de atualização para professores de escola de educação integral e os procedimentos e análises dos resultados das avaliações externas aplicadas aos CIEPs em 1993 e 1994 (Maurício, 2002).

O ano seguinte, mais precisamente em dezembro de 1996, tem como destaque a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), que tinha como relator o senador Darcy Ribeiro e que ganha seu nome. Darcy nos deixa pouco tempo após a sua publicação, em 17 de fevereiro de 1997 causando uma comoção entre seus admiradores e a sensação de que muito daquilo que ele tanto sonhou ao longo de toda a sua vida não saiu do campo das ideias e a educação no país ainda estava longe de ser uma realidade para muitos brasileiros.

Ao longo de todo o seu período de execução o programa sofreu duras críticas. Alguns autores o consideravam de cunho populista, outros criticavam a formação de uma rede paralela de ensino formando uma dualidade entre as escolas regulares e os CIEPs, outros ainda

criticaram a questão da localização, caracterizando o programa como clientelista, como Lôbo Júnior (1988), Cunha (1991), citando aqui apenas alguns autores, dentre outros.

Aliada às críticas, considera-se o fato dessas escolas terem ficado estigmatizadas, sendo consideradas como “escolas de pobre”, “escolas de desajustados”, principalmente entre a população para a qual foi pensada e idealizada. Isso ainda numa época em que não havia as redes sociais nem as “*fake News*” como as que conhecemos hoje, tendo ocorrido, dentre outras razões, como a questão política que sempre atravessou a proposta, pela própria postura de alguns setores do poder público que a criou, ao justificar sua execução. A esse respeito, remetemo-nos a Coelho e Cavaliere (2003) ao analisarem a questão dos CIEPs 15 anos após o 1º PEE: “Dessa forma, os CIEPs foram estigmatizados como sendo escolas para crianças sem cuidados familiares ou semi-marginalizadas” (Coelho; Cavaliere, 2003, p. 153).

Ressalta-se ainda a criação, em 1994, do Bloco Único, que instituiu a aprovação automática em todas as escolas da rede estadual. Essa medida, muito combatida e questionada entre os professores, sofreu uma grande rejeição de toda a comunidade escolar. Pode-se afirmar que, de certo modo, acabou sendo “contornada” nas escolas convencionais por meio de “técnicas próprias” que ocorrem no contexto da prática⁶, quando alguma política é pensada a nível central.

No entanto, podemos afirmar que o mesmo não ocorreu nos CIEPs, muito por conta da estreita relação que mantinham com o poder central e ainda pela sua própria condição de escolas inovadoras, o que também serviu para corroborar com a visão, distorcida, de “escola fraca” que vigorava entre a comunidade escolar. Cabe ressaltar que a medida de aprovação automática atingia a toda a rede estadual e não apenas aos CIEPs, mas a relação que se fazia entre os programas e o estigma da “escola fraca”, que já vinha sendo paulatinamente construída desde o 1º PEE, acabou por atingi-los em cheio, criando mais esse estigma, dessa vez referente à escola que aprova sem critérios, escola que não avalia e escola onde todos seguem adiante, independente do seu percurso pedagógico (Cavaliere; Coelho, 2003).

No entanto, a contribuição dos CIEPs para a educação, e em especial para a educação em tempo integral, mesmo entre os mais críticos, foi reconhecida. A proposta suscitou a discussão sobre a escola pública, contribuiu para o seu processo de democratização e trouxe à tona a discussão sobre a qualidade da educação que é oferecida para as classes populares. O

⁶ Stephen Ball (1992) propôs a abordagem do ciclo de políticas como um método de pesquisa em políticas públicas. Nessa abordagem, o autor destaca que as políticas são formuladas e recriadas e destaca os três principais ciclos dessa abordagem como o “contexto de influência”, “da produção do texto” e o “contexto da prática” que estão intimamente ligados e são inter-relacionados.

debate em torno desses temas, mesmo nos dias atuais, continua a despertar o interesse, além de parecer sempre tão pertinentes e próximos, uma vez que a realidade vivenciada nas escolas públicas não sofreu grandes mudanças nesse sentido.

Os CIEPs foram pensados para atender às crianças de 7 a 10 anos, no 1º PEE, ampliando esse atendimento, com a criação dos ginásios públicos, no 2º PEE; no entanto, em 1996, com a promulgação da LDBEN 9394/96, essa configuração da rede estadual começa a se modificar, visto que a incumbência da rede estadual do Rio de Janeiro passaria a estar focada na oferta no Ensino Médio. Para tanto, a rede estadual passa a concentrar sua atividade nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, passando a responsabilidade da oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, pouco a pouco, para os municípios. Essa mudança, muito sentida no início dos anos 2000, hoje já está consolidada e muitos prédios dos CIEPs e de escolas convencionais já foram municipalizados, embora a LDBEN 9394/96 não estabeleça que a rede estadual devesse deixar de oferecer esse segmento do ensino fundamental.

Desse modo, as experiências, hoje, de escolas de ensino fundamental em horário integral acontecem principalmente nas redes municipais; no entanto, em termos de pesquisa e de referências, muitas dessas experiências ainda se remetem à proposta dos CIEPs, o que constatamos ao realizarmos uma breve pesquisa sobre o estado do conhecimento da educação integral em tempo integral (Lôbo Jr, 1988; Portilho, 2006; Silva, 2009).

Mas em que medida tal experiência aliada à vivência e ao conhecimento produzido pelo campo até os tempos atuais nos auxiliaria nos caminhos de uma pesquisa realizada quatro décadas depois da implantação do 1º PEE?

Não foi nossa intenção aqui fazer uma análise aprofundada do programa dos CIEPs, mas trazê-lo para nossa discussão sobre educação integral em escolas de tempo integral, destacando os CIEPs como uma das mais emblemáticas experiências no campo e que, ao realizarmos nossas pesquisas, os caminhos percorridos por essa experiência, com certeza, contribuíram com importantes pistas e elementos para que pudéssemos compreender os caminhos da própria educação integral em escolas de tempo integral.

Reconhecemos que, pela grandeza e pela produção do conhecimento em torno do programa dos CIEPs, muita coisa ainda ficou a ser dita, lembrada, revisitada, mas como já afirmado acima, destacamos que isso já foi muito bem-feito em diversos outros trabalhos e pesquisas realizadas sobre o tema, já citadas neste estudo. Ao reler e visitar o programa observamos alguns trechos importantes descritos do Livro dos CIEPs, com relação à necessidade de uma escola diferente, que acolhesse as crianças ao invés de selecioná-las para

depois excluí-las, trazendo-nos uma certeza de que estamos tratando de algo ainda muito presente, como destacado no trecho a seguir:

A ilusão principal de nossa escola é a ideia de que ela seleciona e promove os melhores alunos através de procedimentos pedagógicos objetivos. De fato, ela peneira e separa o que recebe da sociedade já devidamente diferenciado. Ao tratar da mesma maneira os desiguais, a escola privilegia os alunos já privilegiados e discrimina crianças que renderiam muito mais se fossem tratadas a partir de suas próprias características (Ribeiro, 1986, p. 34).

Essa fala nos traz muita semelhança com o tempo atual, vivido e experimentado nas escolas públicas, pois, mesmo após quase quatro décadas, ainda se discutem questões referentes à inadequação das escolas à realidade na qual está inserida, questões sobre a avaliação e sobre a forma de construir conhecimento com aquela criança que apresenta alguma característica diferente das expectativas criadas pelos professores. A fala sobre como uma “turma” é diferente da outra e sobre como os alunos do ano X ou Y apresentaram melhores “rendimentos” a partir da mesma proposta de trabalho não é algo distante da realidade atual. Ao contrário, constantemente reflexões são propostas junto ao corpo docente a esse respeito, sobre como cada aluno se apresenta e sobre como é possível avançar a partir das suas especificidades e do que traz de vivência, essa última ainda muito pouco considerada no cotidiano escolar.

3 Considerações Finais

Ao revisitar o programa dos CIEPs e percorrermos os caminhos das escolas de tempo integral, sentimos que muitas dessas questões colocadas no 1º PEE como problemas a serem enfrentados ainda fazem parte da nossa realidade na contemporaneidade e, embora distantes no tempo, guardam algumas semelhanças com situações vividas na atualidade. Nesse sentido, reconhecemos a importância de revisitar essa experiência, destacando que, mesmo que outras experiências mais atuais também tenham contribuído para a construção do conhecimento sobre o tema pesquisado, a experiência dos CIEPs, entre seus acertos e “quase acertos”, ajudam-nos a entender os caminhos da educação integral no nosso país, ainda com tão pouca tradição nas nossas escolas públicas, propondo novas ou diferentes reflexões a respeito do tema.

Não é demais afirmar que muitos candidatos, da presidência da república ao governo do estado, na última campanha de 2022, abordaram o tema da educação integral em seus

programas de governo⁷, alguns chegando a afirmar que realizariam a reabertura dos CIEPs com a retomada do programa. Tal afirmativa demonstra que, mesmo distante no tempo, o tema se apresenta ainda muito próximo, povoando o imaginário da população que deseja o melhor para seus filhos em termos de educação e que representa, com relação à questão política, um bom palanque, em que os ideais de escola pública relacionados aos problemas identificados na década de 80 e presentes no Livro dos CIEPs, representam ainda hoje um objetivo a ser alcançado.

Com relação aos CIEPs, pode-se afirmar que, ao propor uma escola de tempo integral nos mesmos moldes das escolas das classes dominantes, Darcy Ribeiro desafiou as estruturas postas como uma realidade imutável, propondo uma nova forma de se pensar a escola pública.

Desse modo, observa-se que num país marcado por uma imensa desigualdade social, propor políticas educacionais de cunho progressista é tida como uma atitude a ser combatida pelas classes dominantes. Assim foram nos anos 1920, 1930, 1940 e 1950 com Anísio e continuaram com Darcy e os CIEPs nos anos 1980 e 1990, mas que representaram uma arrojada incursão no meio educacional, que balançou as estruturas, colocou em discussão a escola pública e permitiu que o debate fosse instalado. Nenhum setor ficou alheio a essa discussão e muita coisa em termos de educação pública mudou e ganhou novos contornos a partir dessa experiência tanto que, como afirmado acima, a proposta é revisitada e transformada em plataforma de governo na atualidade.

Tendo sido o CIEP uma proposta de escola pública de qualidade, democrática, voltada para todos e todas, includente e progressista combatida tantas vezes e tendo se equilibrado entre idas e vindas, disputas políticas e visões de mundo, temos um país que, ainda hoje, não possui uma geração inteira oriunda das camadas populares completamente escolarizadas e isso representa um conflito no interior das escolas. Desse modo, recorreremos à Coelho (2002) e sua defesa de uma escola de tempo integral que esteja comprometida com a formação integral dos seus alunos, sob todos os aspectos e dimensões da formação humana: “Uma escola que funcione em tempo integral não pode ser apenas uma escola de dupla jornada, com repetição de tarefas e metodologias. Se assim o for, estaremos decretando a falência dessa concepção de ensino” (Coelho, 2002, p. 143).

Ao visitar a trajetória dos CIEPs, reconhecendo a temporalidade da sua implantação, percebemos ser recorrente na trajetória da escola pública a presença de uma corrente conservadora e elitista que insiste em desacreditar toda e qualquer proposta de cunho mais

⁷ Para maiores informações consultar programas de governos dos principais candidatos à presidência da república e ao governo do estado do Rio de Janeiro de 2022.

progressista, para mais adiante desmontá-la de vez, dando lugar a uma proposta de caráter tão excludente e seletivo como o discurso daqueles que as formulam. Desmontam, retiram, criticam e não colocam nada no lugar, na realidade mantendo tudo exatamente como está e o que ainda se faz mais grave, retirando os poucos, mas por vezes já conquistados, direitos e políticas públicas fundamentais para a sobrevivência e para o bem-estar das camadas populares, sob a falsa égide de uma melhor forma de se alocar recursos públicos e de enxugar a máquina pública, não os substituindo por absolutamente nada, a não ser promessas vazias e infundadas.

Reconhecemos que esse tem sido o cenário político da educação nacional ao longo dos últimos anos, se configurando não apenas naquilo que conhecemos como “zigue-zague” político, mas numa clara tentativa de desmonte total daquilo que sequer estava ainda totalmente consolidado em nosso país: uma educação de qualidade socialmente referenciada, universal, gratuita, laica e para todos e todas.

Portanto, celebrar os 40 anos dos CIEPs é reconhecer a importância de continuar lutando por uma educação inclusiva, que ofereça a todos os alunos, independentemente de sua origem, a oportunidade de sonhar e construir um futuro melhor. É lembrar que projetos ambiciosos e ousados como esse são fundamentais para uma sociedade mais justa e igualitária. O sonho de Darcy Ribeiro e Brizola ainda inspira aqueles que acreditam no poder transformador da educação.

Referências

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Os intelectuais da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Salvar pela escola: programa especial de educação. *In: A FORÇA do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; ALERJ, 2008. p. 95-127. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6748/1736.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 19 abr. 2021.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? *Educ. Soc., Campinas*, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100013>.

CAVALIERE, Ana Maria Vilela; COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os CIEPs? uma análise após 15 anos. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, p. 147-174, jul. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000200008>.

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 2024

COELHO, Ligia Martha C. da Costa. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o Ensino Fundamental. In: ABRAMOVICZ, Anete; MOLL, Jaqueline (Orgs.). Para além do fracasso escolar. São Paulo: Papirus, 1997. p.191-208

COELHO, Ligia Martha C. da Costa; CAVALIERE, Ana Maria Vilela. *Educação brasileira e(m) tempo integral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COELHO, Ligia Martha C. da Costa. História(s) da educação integral. In: MAURICIO, Lucia Maria Velloso (org.). *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p.83-96, abr. 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+integral+e+tempo+integral/798ad55d-4bfe-4305-a255-5da3bd750092?version=1.3>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez: Niterói, RJ: EDUFF: Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio; GOES, Moacir de. *O golpe na educação*. 11. ed. Rio Janeiro: Zahar, 2002.

FARIA, Lia. A utopia possível: revisitando os CIEPs do Rio de Janeiro. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 98-112. Número especial Darcy Ribeiro, jul./out. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/riae.2017.31713>

LÔBO JÚNIOR, Dácio Tavares. *CIEP: a impotência de um desejo pedagógico*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 1988.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Disponível em: *Balanco_2024_Relatorio_Completo_Dados_desagregados_ok.pdf*. Acesso em: 12 dez. 2020.

MAURÍCIO, Lucia Maria Velloso. Permanência do horário integral nas escolas públicas do Rio de Janeiro: no campo e na produção escrita. In: COELHO, L. M. C. C.; CAVALIERE. A. M. V. (Orgs.). *Educação Brasileira e(m) tempo integral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. P.112-132.

MAURICIO, Lucia Maria Velloso. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. *Cadernos CENPEC*, v. 1, n. 2, p. 57-67, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i2.173>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MAURÍCIO, Lucia Maria Velloso. Educação integral e tempo integral. *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n.80, abr. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/213>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MAURÍCIO, Lucia Maria Velloso (Org.). *Tempos e espaços escolares: experiências políticas e debates no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Ponteio: FAPERJ, 2014.

MAURICIO, Lucia Maria Velloso. Ampliação da jornada escolar: configurações próprias para diferentes contextos – Brasil e Europa. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro,

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-50, jan./jun. 2024

v.22, n.85, p.875-898, out./dez. 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yhr7DfkXxKSKgLLRLkYyRqQ/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 15 fev. 2021.

PORTILHO, Danielle Barbosa. *Releitura da concepção de educação integral dos CIEPs: para além das caricaturas ideológicas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Silvia Oliveira de Souza Monteiro dos. *Educação integral no ensino fundamental da rede municipal de Niterói: análise da gênese e dos fundamentos da proposta*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade federal Fluminense, Niterói, RJ, 2023.

SILVA, Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro. *A construção dos CIEPs e a escolarização em tempo integral através da formação continuada em serviço: memórias de professores*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.